

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.318.257 - RJ (2012/0071070-0)**

**RELATORA** : MINISTRA REGINA HELENA COSTA  
**RECORRENTE** : ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PROCURADOR** : RODRIGO TOSTES DE ALENCAR MASCARENHAS E  
OUTRO(S) - RJ088194  
**RECORRIDO** : PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO  
**ADVOGADO** : ANDREA DAMIANI MAIA DE ANDRADE - RJ113985

**DECISÃO**

**Vistos.**

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo **ESTADO DO RIO DE JANEIRO** contra acórdão prolatado, por maioria, pela 15ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça fluminense, no julgamento de apelação, assim ementado (fls. 249/269e):

***APELAÇÃO CÍVEL ACIDENTE AMBIENTAL. DERRAMAMENTO DE ÓLEO NA BAÍA DA ILHA GRANDE. PAGAMENTO DE MULTA À CAPITANIA DOS PORTOS JÁ EFETUADO. APLICAÇÃO DE SANÇÃO, COM BASE NO MESMO FATO, IMPOSTA PELO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CALCADA NO PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA CONCORRENTE PREVISTA EM DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ARTS. 23 E 24). PRETENSÃO QUE ESBARRA NA DETERMINAÇÃO CONTIDA NO ART. 76 DA LEI Nº 9.605/98. CARACTERIZAÇÃO DE BIS IN IDEM. ANULAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO QUE ENSEJOU A AÇÃO EXECUTIVA.***

*1 - Hipótese dos autos em que o magistrado sentenciante, sem negar o poder sancionador do Estado do Rio de Janeiro para impor, com base em sua legislação específica, multa em decorrência de vazamento de óleo na Baía da Ilha Grande, apenas afasta tal pretensão diante do teor do artigo 76 da Lei nº 9.605/1998, cuja interpretação é no sentido de impedir o bis in idem, ou seja, que uma vez paga a multa à Capitania dos Portos, outra não possa ser aplicada pelo Estado, incidindo sobre o mesmo fato.*

*2 - Sancionamento que se circunscreve apenas no pagamento à autoridade administrativa federal.*

*3 - Consequente anulação da ação executiva proposta pelo ente federativo fulcrada em auto de infração lavrado com arrimo em Lei Estadual.*

*4 - Honorários advocatícios fixados sob os critérios legais previstos, não merecendo qualquer majoração.*

*5 - Desprovisionamento de ambos os recursos interpostos.*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 282/286e).

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, aponta-se ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

I. Art. 535, I e II, do CPC/1973 – "configurada, nesse sentido, [...] contradição no acórdão recorrido, a teor do art. 535, I, do CPC, é certo que configurada está, igualmente, uma omissão no julgado, em afronta ao art. 535, II, daquele diploma, tendo em vista que, embora fazendo menção expressa à regra que estabelece os referidos critérios de definição para a competência principal do órgão ambiental, e subsidiária da autoridade marítima, não se manifestou o Tribunal de origem sobre a dedução das respectivas multas, como forma de compatibilizar tais normas, matérias que foram expressamente suscitadas pelo Estado nos embargos de declaração" e

II. Arts. 17 da Lei n. 9.966/2000, 36 do Decreto n. 4.136/2002 e 76 da Lei n. 9.605/1998 – "[...] apenas no caso de não haver competência do órgão ambiental estadual – e o tribunal assentou que há –, ou de, no limite, haver inércia de sua parte – e não custa lembrar que a notificação da empresa ocorreu poucos dias depois do acidente – é que a competência da autoridade marítima para autuar e multar a empresa poderia ser exercida. Fora desses casos, com efeito, o afastamento da cobrança da multa aplicada pelo órgão ambiental estadual pelo só pagamento de uma multa perante a autoridade marítima representa uma intolerável distorção na sistemática normativa, na medida em que legitima a cobrança federal não pela ocorrência da hipótese em que a respectiva competência possa ser exercida, mas pela arbitrária circunstância de a empresa ter simplesmente quitado uma suposta dívida" (fls. 335e).

Com contrarrazões (fls. 362/370e), nas quais se sustenta, preliminarmente, a inadequação da via recursal eleita e a incidência da Súmula n. 7/STJ, o recurso foi admitido (fls. 379/382e).

O Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 405/408e, pelo provimento do recurso.

**Feito breve relato, decidido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão

realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

Nos termos do art. 557, *caput*, do apontado Estatuto Processual, combinado com o art. 34, XVIII, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a negar seguimento a recurso ou a pedido manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da respectiva Corte ou Tribunal Superior.

Inicialmente, a parte Recorrente sustenta a existência de contradição e omissões no acórdão recorrido, respectivamente, não sanada e supridas no julgamento dos embargos de declaração.

Ao prolatar o acórdão integrativo, o tribunal de origem enfrentou a controvérsia apresentada nos seguintes termos (fls. 284/285e):

***Afirma o Embargante/Apelante que o acórdão contém 01 (uma) contradição e 02 (duas) omissões.***

*A contradição apontada consiste no fato de o Voto Vencedor ter reconhecido a circunstância de bis in idem, mesmo reconhecendo que a notificação pela Capitania dos Portos ocorreu poucos dias antes daquela feita pela autoridade ambiental do Estado, e ainda, o pagamento da multa à autoridade marítima ter sido efetivada quando a empresa autuada já tinha conhecimento da notificação realizada pelo órgão ambiental estadual.*

*Na verdade, não há nenhuma contradição. A argumentação que a sustenta revela-se, claramente, um inconformismo com o viés da fundamentação do Voto Vencedor. Tanto que, nesse tocante, contrapõe ao posicionamento do acórdão majoritário a visão contida no Voto Vencido, considerando esta última como o pensamento de "elogiável justiça" e, portanto, que deve prevalecer no caso concreto.*

*Nessa toada, a insurgência do Embargante deve ser manifestada na via recursal própria, que não os presentes aclaratórios.*

*O mesmo se diga em relação às duas omissões apontadas.*

***A primeira omissão diz respeito ao fato de que o Voto Vencedor não teria considerado o direito de a cobrança perpetrada pelo Estado prevalecer sobre aquela aplicada pela Capitania dos Portos, fazendo-se uma dedução entre elas, sempre se tendo em mente que a multa a ser paga à União é subsidiária à Estadual.***

*Ora, essa questão, aqui considerada uma "omissão", na verdade subjaz na decisão recorrida, estando ali implicitamente definida, exigindo, pois, o manejo do recurso próprio.*

*A segunda omissão indicada pelo Embargante relaciona-se à inexistência no acórdão embargado de "fixação do parâmetro temporal de aplicação do 76 da Lei 9.605/98".*

*O Embargante, nessa segunda suposta omissão, mantém a discussão que envolve a primeira omissão por ele destacada, mas por outro flanco, qual seja, da substituição da multa à luz do artigo 76, da Lei nº 9.605/98.*

*Nesse particular, a intenção é a mesma: fazer uma contraposição ao reconhecimento feito pela sentença, confirmado por maioria, da presença do bis in idem, com o fato de o pagamento da multa à Capitania dos Portos ter sido realizado após a instauração do procedimento administrativo pela autoridade ambiental do Estado. (destaquei)*

Noutro plano, ausente a contradição descrita na peça recursal, considerando que o vício não se caracteriza quando há, como no caso concreto, apenas antagonismo entre os fundamentos da decisão *e o entendimento da parte* (cf. Corte Especial, EDcl no AgRg nos EAREsp 252.613/MG, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 05.08.2015, DJe 14.08.2015).

Verifica-se, por conseguinte, que, a pretexto de contradição, a irresignação objetiva a revisão da própria pretensão recursal, clara e substancialmente apreciada no acórdão recorrido, embora em adversidade aos interesses do ora Recorrente.

Desse modo, não constato omissões acerca de questão essencial ao deslinde da controvérsia e oportunamente suscitada, tampouco de outro vício a impor a revisão do julgado.

Quanto ao mais, conforme assentado pela instância ordinária, enquanto a primeira multa ambiental derivada do dano, imposta pela Capitania dos Portos, foi baseada na legislação federal (art. 17 da Lei n. 9.966/2000), a multa posterior, ora discutida, foi aplicada pelo Estado do Rio de Janeiro com fulcro no art. 96 da Lei estadual n. 3.467/2000 (fls. 254/255e).

Logo, a tese sustentada – a de que o recebimento do valor da penalidade ainda poderia ser perseguido pelo Estado-membro quando a União já recebeu pelo mesmo fato, validando, assim, o auto de infração regional – reclamaria a análise da competência

constitucional concorrente (CR, arts. 23, VI e VII, 24, VI, e 225) e de eventual preponderância da legislação de um ente federativo sobre a de outro, decorrente de primazia cronológica de aplicação, questões claramente inconciliáveis com o propósito da via especial.

Nessa linha:

***AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL. TESE DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC. IMPROCEDÊNCIA. MEIO AMBIENTE. FISCALIZAÇÃO. COMPETÊNCIA PARA A APLICAÇÃO DE MULTA. TESE DE LEI ESTADUAL APLICADA EM DETRIMENTO DE LEI FEDERAL. AUSÊNCIA DE CABIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. PACTO FEDERATIVO. QUESTÃO DE ÍNDOLE CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL DE PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS A QUE SE NEGA PROVIMENTO.***

*1. A tese cuja apreciação a parte afirma ter sido sonogada, referente à competência do órgão ambiental estadual para a aplicação de multa por derramamento de óleo em praia fluvial, foi analisada com proficiência pela instância de origem.*

*2. Não houve, de fato, indevida ausência de exame da insurgência recursal, e sim exame que conduziu a resultado diverso do que a parte pretendia, o que, a toda evidência, não configura vício na prestação jurisdicional.*

*3. A tese de que a instância de origem teria aplicado lei estadual indevidamente, em detrimento da lei federal que deveria haver incidido, não viabiliza a interposição de Recurso Especial, tratando-se de hipótese de cabimento de Recurso Extraordinário, a teor do art. 102, III, d, da CF/88, com destino ao Supremo Tribunal Federal.*

*4. A própria tese relativa ao órgão fiscalizador competente para a aplicação de multa ambiental, se seria ele estadual ou federal, diz respeito ao pacto federativo, matéria cujos contornos estão, porque só poderiam estar, na própria Constituição.*

*5. Agravo Regimental de PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS a que se nega provimento.*

(AgRg no REsp 1.261.870/AM, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/11/2015, DJe 17/11/2015 - destaquei).

***ADMINISTRATIVO. PODER DE POLÍCIA. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E APTIDÃO PSICOLÓGICA SOMENTE PARA A AQUISIÇÃO E REGISTRO DE ARMA DE FOGO. DISTINÇÃO DOS REQUISITOS PARA O PORTE.***

*[...]*

# *Superior Tribunal de Justiça*

3. *É cediço que o Superior Tribunal de Justiça não tem a missão constitucional de interpretar dispositivos da Lei Maior. Cabe tal dever ao Supremo Tribunal Federal, motivo pelo qual não se pode conhecer da questão relativa à suposta usurpação de competência de um ente político por outro por meio deste recurso especial.*

[...]

8. *Recurso especial provido.*

(REsp 1.275.585/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2011, DJe 13/12/2011 - destaquei).

Posto isso, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil/1973, **NEGO SEGUIMENTO** ao recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora